

Perfil empresarial gera dúvidas

Universidades se dividem quanto à possibilidade de se tornarem sociedades com fins lucrativos

Daniele Madureira
de São Paulo

Aopção de se transformar em sociedade mercantil com fins lucrativos ainda divide universidades particulares. Na prática, grande parte das instituições já trabalha como empresa há muito tempo, aguardando retorno financeiro dos seus investimentos. Mas o que a legislação previa até o ano passado era que as universidades deveriam empregar todo o lucro obtido na própria instituição. Com a condição mercantil regulamentada (e a liberdade de pensar no bolso sem constrangimentos éticos) fica a pergunta: vale a pena se tornar empresa no papel?

“Há agilidade na tomada de decisões, sem amarras na legislação”, afirma Ademir Polete, controller da mantenedora da Universidade de Mogi das Cruzes. Segundo ele, a instituição terá de recolher impostos e tributos que estão na faixa de 18% a 20% da sua receita, avaliada em R\$ 70 milhões. Antes, a mesma porcentagem era destinada a bolsas de estudos e outros projetos sociais vinculados à universidade.

Polete diz que a Mogi das Cruzes já estava se preparando para esta abertura há dois anos, por meio de uma reestruturação interna. Hoje, a administração da mantenedora está a cargo de executivos, ex-funcionários de multinacionais. “Pela primeira vez, a universidade vai traçar planos quinquenais de crescimento”.

Quem não está muito animada com a realidade proporcionada pela nova lei é a Universidade São Judas. “Precisamos aprender a dirigir a universidade com uma visão mercantil – e não tem sido fácil”, afirma a pró-reitora acadêmica Ana Maria Meireles. Segundo ela, ficou muito difícil admi-

nistrar a carga tributária, em conjunto com investimentos em infra-estrutura, e a inadimplência que tem atingido o ensino superior privado (em geral, chega a 30% da receita). Do ponto de vista do aluno, a situação também não é vantajosa: houve restrição do número de bolsas de estudo.

A Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul) não se animou a mudar sua natureza jurídica. “Todo o superávit já é aplicado na própria instituição”, afirma Hermes Figueiredo, presidente da mantenedora da Unicsul. As razões são as mesmas da São Judas: o desafio imposto pelo mercado – de garantir o lucro depois de cobrir custos operacionais, realizar investimentos e pagar impostos – ainda não compensa.

Já a Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) coloca-se como uma alternativa às estatais e particulares, segundo o reitor Antônio Carlos Caruso Ronca. “Somos uma universidade comunitária e toda a receita é investida integralmen-

te na instituição”, afirma. De acordo com Ronca, mais 31 universidades em todo o País também seguem a linha filantrópica, independentemente de estarem ligadas a uma ordem religiosa, como é o caso da PUC/SP.

Para o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior do Estado de São Paulo (Semesp), poucas universidades aderiram por falta de tempo. “A questão ainda é recente, e até agora cerca de 10% das 213 instituições paulistas mudaram a sua natureza jurídica”, afirma Gabriel Mário Rodrigues, presidente do Semesp. Mas ele acredita que a tendência é que este percentual aumente. “As instituições sempre foram muito cobradas pela sociedade, por trabalhar sem visar o lucro.

Agora, temos mais autonomia do ponto de vista administrativo”, diz



Enquanto o reitor da Anhembi Morumbi acredita em mais autonomia na administração...



... A São Judas Tadeu não se anima muito com a realidade proporcionada pela nova lei

Rodrigues, que também é reitor da Universidade Anhembi Morumbi.

Para o chefe do gabinete do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), Edson Machado, a nova lei ajuda a “acabar com a farsa”. “Antes, as universidades poderiam ser filantrópicas ou não. No último caso, para dividir o lucro obtido junto aos sócios, inventariam subterfúgios, o que não será mais preciso”. Aquelas que mantêm a opção pelo caráter filantrópico, segundo ele, devem destinar 20% de sua receita para bolsas de estudo.

As demais passam a apresentar balanço financeiro, recolher tributos e pagar contribuição social – o que, para o chefe de gabinete, tornou-se um dos maiores encargos para as novas empresas, pois corresponde a 8% da sua folha de pagamento. ■